

SUMÁRIO

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	1
1. INTRODUÇÃO	1
2. PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS ..	4
3. CONCEITO E ESPÉCIES DE INCONSTITUCIONALIDADES	5
3.1. Inconstitucionalidade por ação e por omissão	7
3.2. Inconstitucionalidade material e formal	9
3.3. Inconstitucionalidade total e parcial	10
3.3.1. Declaração parcial de nulidade sem redução de texto e interpretação conforme a Constituição.....	12
3.4. Inconstitucionalidade direta e indireta	15
3.5. Inconstitucionalidade originária e superveniente	16
4. SISTEMAS DE CONTROLE	17
5. MODELOS DE CONTROLE	18
6. VIAS DE AÇÃO	19
7. MOMENTO DO CONTROLE	21
8. HISTÓRICO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL	21
8.1. A Constituição de 1824	22
8.2. A Constituição de 1891	22

8.3. A Constituição de 1934	23
8.4. A Constituição de 1937	23
8.5. A Constituição de 1946	24
8.6. A Emenda Constitucional 16, de 1965	25
8.7. A Constituição de 1967/1969	25
8.8. A Constituição de 1988	25
9. JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	29
10. FISCALIZAÇÃO NÃO-JURISDICIONAL	31
10.1. Poder Legislativo	32
10.2. Poder Executivo	36
10.3. Tribunais de contas	38
11. CONTROLE DIFUSO	38
11.1. Introdução	38
11.2. Legitimação ativa	40
11.3. Espécies de ações judiciais	40
11.4. Competência	42
11.4.1. Declaração da inconstitucionalidade pelos tribunais – a reserva de plenário.....	42
11.5. Recurso extraordinário	46
11.6. Efeitos da decisão	49
11.7. Atuação do Senado Federal	51
11.8. Súmula vinculante	55
11.8.1. Iniciativa	57
11.8.2. Atuação do Procurador-Geral da República.....	58
11.8.3. Manifestação de terceiros.....	59
11.8.4. Requisitos	59
11.8.5. Deliberação.....	60
11.8.6. Início da eficácia.....	60
11.8.7. Descumprimento.....	61
11.8.8. Súmulas anteriores à EC 45/2004	62
12. CONTROLE ABSTRATO	63
12.1. Introdução	63
12.2. Ação direta de inconstitucionalidade	65
12.2.1. Conceito.....	65
12.2.2. Legitimação ativa.....	66

12.2.3. Objeto	70
12.2.4. Norma constitucional parâmetro	77
12.2.5. Causa de pedir aberta.....	79
12.2.6. Petição inicial.....	81
12.2.7. Imprescritibilidade.....	81
12.2.8. Impossibilidade de desistência.....	82
12.2.9. Pedido de informações	82
12.2.10. Impossibilidade de intervenção de terceiros	83
12.2.11. Admissibilidade de <i>amicus curiae</i>	84
12.2.12. Atuação do Advogado-Geral da União	86
12.2.13. Atuação do Procurador-Geral da República.....	88
12.2.14. Atuação do relator na instrução do processo	90
12.2.15. Medida cautelar em ADI.....	91
12.2.16. Decisão de mérito.....	96
12.3. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	116
12.3.1. Introdução.....	116
12.3.2. Legitimação ativa.....	118
12.3.3. Legitimação passiva.....	118
12.3.4. Objeto	119
12.3.5. Não-atuação do Advogado-Geral da União	120
12.3.6. Inexistência de medida cautelar.....	121
12.3.7. Efeitos da decisão de mérito	121
12.3.8. ADI por omissão <i>versus</i> mandado de injunção....	122
12.4. Ação declaratória de constitucionalidade	123
12.4.1. Introdução.....	123
12.4.2. Principais aspectos comuns.....	124
12.4.3. Objeto	126
12.4.4. Relevante controvérsia judicial	126
12.4.5. Pedido de informações aos órgãos elaboradores da norma	128
12.4.6. Medida cautelar.....	128
12.4.7. Não-atuação do Advogado-Geral da União	130
12.5. Argüição de descumprimento de preceito fundamental ..	130
12.5.1. Introdução.....	130
12.5.2. A argüição autônoma e a argüição incidental	132
12.5.3. Objeto da ADPF e conteúdo do pedido	134

12.5.4. Preceito fundamental	138
12.5.5. Subsidiariedade da ADPF	140
12.5.6. Competência e legitimação	143
12.5.7. Petição inicial e procedimento	144
12.5.8. Medida liminar	146
12.5.9. Decisão	146
12.6. Representação interventiva	152
12.7. Controle abstrato nos estados	156
12.7.1. Introdução	156
12.7.2. Competência	156
12.7.3. Legitimação	157
12.7.4. Parâmetro de controle	158
12.7.5. Simultaneidade de ações diretas	159
12.7.6. Recurso extraordinário contra decisão de ADI estadual	163
12.7.7. Distrito Federal	165
12.7.8. Representação interventiva	166
13. DECISÕES NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	167
13.1. Eficácia temporal da declaração de inconstitucionalidade	167
13.2. Modalidades de decisão	169
13.2.1. Declaração de nulidade total como expressão de unidade técnico-legislativa	171
13.2.2. Declaração de nulidade total	171
13.2.3. Declaração de nulidade parcial	172
13.2.4. Declaração parcial de nulidade sem redução de texto	173
13.2.5. Interpretação conforme a Constituição como técnica de decisão judicial	176
13.2.6. “Lei ainda constitucional” e a técnica de decisão denominada “apelo ao legislador”	181
13.2.7. Inconstitucionalidade por arrastamento	187
14. TEMAS COMPLEMENTARES	189
14.1. Controle de constitucionalidade do direito pré-constitucional	189
14.2. Bloco de constitucionalidade	193

14.3. O controle jurisdicional do processo legislativo	198
14.3.1. ADI <i>versus</i> processo legislativo	202
14.3.2. Controle judicial e atos <i>interna corporis</i>	203
14.4. Controle de constitucionalidade de direito alienígena ...	204
14.5. Normas constitucionais inconstitucionais	207

ANEXOS	211
--------------	-----

BIBLIOGRAFIA	223
--------------------	-----